



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

Eixo temático: Serviço Social e Relações de exploração-opressão de sexo-gênero-sexualidades, raça-etnia e geração

CAPITALISMO, RACISMO E SEXISMO: UMA ARTICULAÇÃO PERVERSA CONTRA OS CORPOS DE MULHERES NEGRAS

Carmen Ferreira Corato Costa¹

Luiz Matheus Dutra de Araújo²

Maria Luiza Ferreira da Silva³

Victória de Abreu Mostaphia⁴

Resumo

Esta é uma reflexão acerca das relações de exploração e opressão capitalistas, vindas da colonização escravocrata no Brasil. O capitalismo se consolidou através do componente estrutural do racismo para a manutenção dos privilégios brancos.

Ao compreendermos tais questões, podemos, enquanto profissão aliada à classe trabalhadora, imprimir uma perspectiva articulada com a transformação social.

Palavras-chave: Racismo. Capitalismo. Mulheres Negras.

Resumen en español

Esta es una reflexión sobre las relaciones de explotación y opresión capitalistas, derivadas de la colonización esclavista de Brasil. El capitalismo se consolidó mediante el componente estructural del racismo para mantener el privilegio blanco. Al comprender estos problemas, podemos, como profesión aliada

¹ carmencorato@yahoo.com.br. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

² matheusdutra136@gmail.com. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

³ luiza.frdasilv@gmail.com. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

⁴ vmostaphia@gmail.com. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

de la clase trabajadora, fomentar una perspectiva alineada con la transformación social.

Palabra-clave: Racismo. Capitalismo. Mujeres Negras.

Introdução

Este artigo é uma reflexão aprofundada do modo de produção capitalista a partir da perspectiva marxista, a qual é o referencial teórico-metodológico hegemônico no Serviço Social brasileiro, visto que é uma categoria profissional inserida na divisão social e técnica do trabalho dentro das relações sociais capitalistas. Por assim ser, é um segmento componente da classe trabalhadora, embora seja demandada pelo capital para atuar, visando os interesses da burguesia. Nosso objetivo é apresentar uma análise crítica sobre as relações sociais no Brasil, considerando o classicismo, o racismo, o sexismo e a lgbtqiapn+ fobia e como tais opressões incidem, sobretudo, nos corpos de mulheres negras.

Para tanto, no item um, analisamos os pilares do modo de produção capitalista e as particularidades do capitalismo brasileiro, visto que é um capitalismo de tipo dependente, logo, possui contornos específicos por causa da colonização escravista, a qual escravizou pessoas negras e indígenas, o que constituiu a base econômica para o país.

No item dois, abordamos como a classe, a raça e o gênero estão articulados para manter a exploração capitalista, e por assim ser, oprimem-se corpos negros femininos e



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

corpos não aceitos pela sociedade patriarcal, que tem na heterossexualidade a sua normatividade.

No item três, investigamos a violência de gênero no país, a qual é indissociável de um projeto colonialista, sendo o racismo e o sexismo as estruturas fundantes que operam de forma interseccional para oprimir e violentar, de maneira desproporcional, os corpos de mulheres negras e dissidentes.

Ao compreendermos essa articulação perversa entre opressão e exploração capitalista, podemos, enquanto profissão aliada à classe trabalhadora, buscar formas de alterar por completo esse modo de produção, porque à classe trabalhadora interessa cambiar esse estado de coisas que a explora e oprime e mantém em situação de pauperização.

Capitalismo e formação social brasileira: classe, raça e gênero

O modo de produção capitalista é um entre muitos outros que a humanidade experienciou, visto que é uma forma societária muito recente, com quase trezentos anos, ancorada na socialização da produção e na apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Logo, o capital é uma relação social que tem por objetivo a valorização do valor, pois é uma forma social que submete todas as dimensões da vida à lógica da mercadoria, e sua máxima expressão encontra-se na era monopólica.

Os pilares da sociabilidade do capital são: a propriedade privada dos meios de produção fundamentais à produção e à reprodução material da vida, a exploração da força de trabalho livre e assalariada e a extração de mais-valia. É a partir dessa organização que Marx (2006) apreende as classes sociais, isto é, a localização dos membros nessa estrutura social, em que de um lado tem-se os proprietários dos meios de produção, a burguesia, e de outro, os detentores da força de trabalho apta a ser vendida em troca de um salário, o proletariado.

Assim, aos burgueses interessa a manutenção dessa ordem, já para as/os trabalhadoras/es, suas inclinações tencionam revolucionar essa forma societária, objetivando a emancipação humana e são essas tensões que Marx (2006) denomina de lutas de classes. Os projetos societários colidentes na sociabilidade burguesa se expressam em todas as esferas, sejam elas econômicas, políticas e sociais, e por se tratar de uma disputa, não significa que o proletariado fará a revolução como uma tarefa automática, visto



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

que a transformação social é uma possibilidade histórica e deverá ser promovida de modo consciente por seus protagonistas, organizados politicamente, pois são as lutas de classes que movem a história.

O capitalismo constituído aqui no Brasil não se deu pelas vias clássicas burguesas, como disse Fernandes (2020), mas sim dentro de uma construção submissa e subordinada da nossa burguesia nascente ao capital internacional. Nosso capitalismo emergiu sobre heranças coloniais, por isso se configura como um tipo particular, dependente, em que a exploração da força de trabalho precisa ser garantida para enriquecer a burguesia nacional e internacional.

Sabe-se que a base econômica da colonização foi a escravização, e essa última serviu para enriquecer a Europa, desse modo, não é possível apreender o capitalismo nessa terra, sem compreender o papel fundamental da escravização. A escravidão teve por fundamento o racismo, visto que a suposta inferioridade racial das pessoas indígenas e negras foi o que buscou justificar tantos séculos desse trabalho degradante a milhares de pessoas.

A hierarquização e classificação raciais, desde então, acompanham aberta ou veladamente todas as formas de compreender e estar no mundo no ocidente, o que, em razão direta, possibilitou a invenção do ser social universal, que nada mais é do que o homem, branco, europeu, heterossexual, cisgênero, endinheirado, sem nenhuma deficiência e em idade produtiva (Corato, 2024). Trata-se de uma invenção porque esse homem não corresponde à vida existencial de todas as pessoas no Planeta Terra, ao contrário, os seres humanos são diversos na cor, no gênero, na sexualidade, nas texturas do cabelo, nos traços fenotípicos, porém, o padrão de beleza é o ser social criado pelo ocidente.

Cabe ao Serviço Social, enquanto profissão, defender os direitos humanos contribuindo com esse debate para que possamos entender o quão perversa é a articulação entre o classicismo, o racismo, o sexismo, o etarismo, o capacitismo e a lgbtqiapn+fobia, que transforma toda diversidade humana em desigualdade. Ser diferente deveria significar apenas que a humanidade possui características diversas, mas na lógica lucrativa do capital, tudo deve se transformar em desigualdade, porque assim permanecerá seguindo, lucrando à custa de vidas negras e indígenas. Sim, pois é a força de trabalho mais barata; é quem dá sentido à construção de mais e mais prisões, visto que 70% da população



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

encarcerada é negra⁵; é para esse público que a munição dos fuzis e metralhadoras é destinada. Percebam, tudo isso faz com que o capital siga no processo de acumulação.

E, para explicitar a forma como o racismo opera no capitalismo, é preciso reconhecer a particularidade de nossa formação sócio-histórica brasileira, que, por meio de uma série de mecanismos perversos, nunca interrompeu a lógica de opressões vindas das formas pré-capitalistas de exploração da força de trabalho desde a escravização de pessoas negras, durante 388 anos de Brasil (Gonzalez, 2020).

Como marco histórico da transição para o trabalho livre, no Brasil, temos a falsa abolição de 13 de maio de 1888, que por meio da Lei Áurea, determinava o fim da escravidão, mas que em nenhum momento se pôs a reparar os danos vividos pela população negra, por isso defende-se a ideia de falsa, já que essa nova classe livre e trabalhadora continuou nos piores postos de trabalho (Corato, 2022). Essa falta de recursos se reatualiza cotidianamente desde o pós-abolição até a construção dos modos que o capitalismo se deu historicamente. Tendo o Estado como principal aliado do racismo, para a manutenção da ordem e concentração de renda da burguesia nacional, onde, ao passo que a desigualdade de classes se mantém, também fazer parte do contingente de pessoas pobres é também fazer parte da população negra.

No Brasil, o racismo — enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas — passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravatura, na medida em que beneficiou e beneficia determinados interesses (Gonzalez, 2020, p. 28). Ou seja, os interesses da classe dominante, os quais o Estado defende, ainda que de forma não abertamente declarada, para que se mantenha o caráter dependente e subordinado do capitalismo brasileiro. Essa configuração se constitui como atravessamentos para a classe trabalhadora e pauperizada, tais como a criminalização da pobreza, as altas taxas de desemprego, o genocídio da população negra nos territórios de favelas, o encarceramento de homens jovens negros, mulheres negras como as que mais trabalham e recebem os menores salários e, conseqüentemente, a reatualização das mais variadas expressões da questão social aliadas ao neoliberalismo.

Logo, manter a exploração é o motivo de ser do capital, que para tanto, se vale de formas opressivas e repressivas, por meio do Estado, para com todas/os as pessoas

⁵ A população negra representa aproximadamente 70% da população carcerária no Brasil, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023. Dos mais de 850 mil presos no país, cerca de 70% são negros, um universo de 470 mil pessoas. Os números escancaram o racismo estrutural no sistema carcerário brasileiro. (Fonte: Agência Brasil)



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

eleitas/os como inimigas/os do capitalismo, quais sejam: negras/os e indígenas, no caso brasileiro. (Corato, 2022, p.18) e, acrescentamos, quaisquer indivíduos que não obedecem ao padrão cishétero eurocêntrico da branquitude sofrerão algum tipo de opressão.

Uma das formas mais latentes em que o capitalismo brasileiro opera junto com o racismo é o sexismo, em que ambos se articulam de modo perverso na divisão social do trabalho, fazendo com que mulheres negras estejam nos postos mais precarizados de trabalho, representem os maiores índices de informalidade no mercado de trabalho, sendo elas equivalente a 45,4% do percentual total feminino (Fonte: Agência IBGE, 2022) ou quando estejam em postos mais altos, em ascensão social, se vejam infantilizadas pela branquitude e ainda cresçam em números no sistema prisional⁶, sem falar nas mais variadas formas de violências que uma mulher pode sofrer dentro e fora do ambiente domiciliar. Corato (2022).

Dito isso, podemos afirmar que o Estado se utiliza da lógica sexista dentro das relações capitalistas racistas para que determinados indivíduos, como as mulheres, continuem sendo atravessadas por opressões socialmente e ideologicamente construídas de raça, classe e gênero.

Opressões de raça, gênero e sexual: e a luta pelo direito de existir de corpos diversos

O capitalismo é um modo de produção que tem como princípio fundamental a acumulação de riqueza socialmente, fundamenta-se na divisão de classes, sendo elas a classe trabalhadora e a classe burguesa. Esse sistema se utiliza da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora para acumular a riqueza social de forma privada nas mãos dos detentores dos meios de produção. No entanto, para que essa lógica de acumulação exista, é necessário que esse sistema de produção se valha de formas de opressão, que se expressam nas dimensões de raça, classe, etnia, gênero e sexualidade. Essas opressões são essenciais para manter bem sólido o capitalismo.

Para Davis (2016), a compreensão das dinâmicas de classe no capitalismo nos faz refletir uma análise que considere as relações das opressões de raça e gênero, uma vez que o sistema capitalista se estrutura a partir dessas intersecções. Desse modo, o racismo

⁶ Mauriel (2020) *apud* de Kilduff (2020) – com base no relatório INFOPEN/Mulheres (2018), o número de mulheres privadas de liberdade aumentou de 5.601 para 42 mil entre 2000 e 2016, ano em que o Brasil passou a ocupar o quarto lugar em quantidade de mulheres presas no mundo.



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

estrutural, o patriarcado e a cisheteronormatividade, historicamente organizados para privilegiar homens brancos, cisgêneros, heterossexuais, europeus, são elementos constitutivos da lógica de dominação capitalista.

Na formação histórica e social do Brasil, a burguesia, sendo a classe dominante, vai se valer de opressões como racismo, sexismo e LGBTQIAPN+fobia contra as classes trabalhadoras como uma forma de estratégia de controle para manter a exploração da força de trabalho.

O racismo aqui apresentado é um processo sistemático de manutenção de privilégios para o grupo lido socialmente como branco, que se expressa de forma legal/formal em todas dimensões da vida, pois se trata de um componente que estrutura toda a sociabilidade burguesa. É uma expressão ideológica e política que visa legitimar a base econômica capitalista. (CORATO, 2022, p. 24).

Corato (2022) defende a ideia de que as diferenças raciais e de gênero estão diretamente ligadas ao aumento da hiperexploração da força de trabalho num país de capitalismo dependente como o Brasil. Nesse sentido, não é possível que se discuta classe, sem que se faça o debate de raça, gênero e sexualidade juntos, pois tais opressões se entrelaçam com a dominação de uma classe sobre a outra. No caso específico do Brasil, a branquitude sobre a negritude, o patriarcado oprimindo as mulheres e as pessoas LGBTQIAPN+.

Para Almeida (2019), o racismo não se manifesta apenas em atitudes individuais ou episódios isolados na sociedade, mas está diretamente ligado às estruturas de poder do país, sendo elas sociais, econômicas, políticas, constituindo a organização social. Desse modo, as opressões de raça não podem ser tratadas como secundárias, pois são fundamentais para a reprodução das desigualdades no capitalismo.

É fundamental pontuar que o conceito de racismo estrutural não deve ser interpretado como isenção de responsabilidade individual diante de práticas racistas. Ao contrário, tal conceito se refere à forma como o racismo está historicamente enraizado nas instituições, nas relações sociais, nas práticas econômicas e nos dispositivos jurídicos, operando de maneira sistêmica e naturalizada na organização social. Isso significa que as desigualdades de raça acontecem independentemente da intenção consciente ou não dos indivíduos, que são racistas com as pessoas negras.



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

A herança do projeto colonial e a violência contra mulheres negras

Quando a pauta se trata de violência de gênero no Brasil, mais precisamente contra mulheres, o recorte racial e social é intrínseco, tendo em vista como a exploração colonialista imposta no país ocorreu. A começar por analisarmos os fatos por uma perspectiva histórica, testemunha-se que mulheres negras desempenhavam papéis específicos de servidão e eram violentadas continuamente durante todo período escravagista, tanto fisicamente quanto simbolicamente. Lélia Gonzalez (2020) dialoga com esse apontamento ao afirmar:

“As que não morriam nos malfadados navios negreiros, ao chegarem aqui, eram dirigidas para dois tipos de atividades: a escrava de eito trabalhava nas plantações, e a mucama, na casa-grande. Tanto uma como outra nada mais foram do que as avós da trabalhadora rural e da doméstica de hoje.” (p. 183).

É necessário problematizar a romantização da miscigenação, pois ao tomarmos consciência disso, faz-se necessário denunciar que a mistura biológica entre brancos, negros e indígenas se deu, principalmente, a partir do abuso contra as mulheres negras e indígenas. Ou seja, a construção da identidade de toda uma nação foi inteiramente fundamentada pela barbárie contra as mulheres negras e indígenas deste país. Com isso, é possível entender que as mulheres negras, ainda hoje, são vítimas das micro e macroviolências, produtos da escravização do povo afrodescendente, que vem desumanizando metade da população brasileira há séculos. Dessa desumanização, podemos destrinchar as diversas formas em que ela se manifesta nas vivências de mulheres negras, desde as piores condições de trabalho até a maneira como as relações socioafetivas são influenciadas pelo racismo. Além de serem as que menos têm espaço no mercado de trabalho e receberem salários reduzidos, conforme apontam os dados do Ministério do Trabalho e Emprego, divulgados pela ONG Repórter Brasil, revelam que 70% das mulheres resgatadas em trabalho análogo à escravidão, entre 2003 a 2023, eram negras. Isso nos faz considerar o quanto a interseccionalidade entre o racismo e a violência de gênero atravessa a vida dessas mulheres constantemente.

Dados do Atlas da Violência (2023) revelam que mais de 67% das mulheres vítimas de feminicídio são negras. Ao observar esses dados, é imprescindível considerar, além da



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

classe social, qual é a sexualidade dessas mulheres e de que forma elas aprenderam a se relacionar.

Geni Núñez (2023) nos mostra como a sexualidade está diretamente ligada aos casos de violência contra mulheres num país debruçado em valores cristãos e neoliberais. A reflexão proposta é sobre como a forma com que essas mulheres aprenderam a demonstrar e receber afetos foi moldada por séculos de colonização, o que vinha junto com o sentimento de amor era o medo, a submissão e a vigilância. Vemos esse padrão no patriarcado colonial vivenciado pela maioria das mulheres que se relacionam de forma monogâmica, onde o homem branco cis heteronormativo possui sua companheira como uma extensão de seu território e qualquer ameaça a essa forma de domínio, como a traição, pode ser lida por ele como uma violação do seu direito ao corpo de sua esposa. Assim, temos pistas de que a origem das diversas violências contra os corpos de mulheres vem desse entendimento de que são propriedades do homem.

Os números de casos de violência contra mulheres aumentam ainda mais quando se trata de corpos dissidentes, ou seja, a população LGBTQIAPN+. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) apontou que 78% das pessoas trans assassinadas no país em 2024 eram negras (pretas e pardas de acordo com o Estatuto da Igualdade Racial). Em 15 de fevereiro de 2017, grande parte do país assistiu ao brutal assassinato de Dandara dos Santos, travesti espancada até a morte em Fortaleza, Ceará. O vídeo circulou nas redes, viralizou, mas a indignação não se converteu em mudança. Os casos de violência e negligência estatal triplicam quando o alvo é uma mulher negra, pobre e fora dos padrões de sexualidade impostos pela sociedade. Esses dados revelam um projeto de extermínio que vem sendo operado ao longo dos anos e é sustentado por um Estado que organiza a vida social a partir do racismo, do sexismo e da transfobia.

Assim, podemos considerar que ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão dentro de uma dada classe social (Gonzalez, 2020, p. 50).

Considerações finais

No Brasil, um país de capitalismo dependente, o qual foi edificado sobre heranças coloniais, em que a incipiente classe trabalhadora negra e indígena foi, racistamente,



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

substituída por imigrantes europeus, projeto idealizado por uma elite branca racista, tendo o Estado como seu grande aliado, o que em razão direta levou milhões de pessoas libertas a uma pauperização tamanha e desde então esse cenário não foi revertido, ao contrário, tem se intensificado, no entanto, uma coisa está evidente: a base econômica deste país foi fundada e é mantida através das relações de exploração e opressão das populações negra e indígena.

Esse sistema de produção capitalista só é capaz de existir e se manter mediante a reprodução de opressões, como o racismo, o sexismo, o etarismo, o capacitismo e a LGBTQIAPN+fobia, uma vez que é por meio dessas formas de dominação que o capitalismo se organiza e se sustenta na sociedade.

Assim, o Serviço Social, comprometido com os interesses da classe trabalhadora, na linha de frente de luta contra todas as opressões existentes, com sua base teórica marxista, a qual faz crítica ao Estado capitalista, pode intervir nas expressões da questão social que se materializam por meio do racismo e de outras opressões como sexismo, etarismo, capacitismo e lgbtqiapn+fobia, que sustentam a lógica desigual e exploratória.

Torna-se inegável que a violência de gênero no Brasil não é um fenômeno isolado ou casual, mas uma engrenagem fundamental de um projeto de nação erguido sobre o alicerce colonialista. Da senzala aos índices de feminicídio, o que se revela é a continuidade de uma lógica perversa que desumaniza, coisifica e extermina mulheres negras. Nesse cenário, o Serviço Social não pode desviar do seu compromisso ético-político com a transformação social. É papel da assistência social compreender que a violência de gênero é uma expressão direta da questão social, atravessada por marcadores estruturantes como raça, classe e sexualidade. Mais do que aplicar protocolos, é urgente promover práticas profissionais comprometidas com um projeto de sociedade antirracista, antipatriarcal e decolonial. Portanto, qualquer tentativa de combater a violência contra a mulher que não parta de um profundo letramento racial, social e decolonial estará fadada ao fracasso. Ignorar essas dimensões é perpetuar o silêncio, a negligência institucional e a reprodução da barbárie contra mais da metade da população brasileira. A violência contra mulheres no país é estruturante da sociedade brasileira e é resultado direto da lógica colonial, que segue operando contra corpos que ela mesma marginaliza.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

BENEVIDES, Bruna. G. Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2024. Brasília: ANTRA, 2025.

CORATO, Carmen. Capitalismo, Racismo e Conservadorismo: análise crítica das particularidades da formação social brasileira. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

CORATO, Carmen. Racismo e antirracismo na Universidade: um diálogo urgente e necessário. Revista ANDES, Ano XXIV, Universidade e Sociedade, nº 74, julho de 2024.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução Heci Regina Candiani. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa: ensaio de interpretação sociológica. Curitiba: Kottler Editorial; São Paulo: Contracorrente Editora, 2020.

Fonte: Agência Brasil. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2024-07/estudo-70-da-populacao-carceraria-no-brasil-e-negra>. Acesso em: 14 jul. 2025

Fonte: Agência Brasil. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2024-07/estudo-70-da-populacao-carceraria-no-brasil-e-negra#:~:text=Dos%20mais%20de%20850%20mil,estrutural%20no%20sistema%20carcer%C3%A1rio%20brasileiro>. Acesso em: 17 jun. 2025.

Fonte: Agência IBGE. Disponível em:

https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/jornada-dupla-e-exclusao-do-mercado-de-trabalho-afetam-mais-mulheres-negras-diz-ibge/?gad_source=1&gad_campaignid=22546923003&gbraid=0AAAAAqda5pyixbhsNlju7uPOl3oK-mJpS&gclid=CjwKCAjw1ozEBhAdEiwAn9qbzSgVBnsd4K3BbrVQ1zDwo-7hsYs_DNn9loobSqQoXTdBekAGqVY02hoCGcMQAvD_BwE. Acesso em: 25 jul.2025

Fonte: Atlas da violência. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 25 jul. 2025.

Fonte: Central Única dos Trabalhadores. Disponível em:

<https://www.cut.org.br/noticias/em-uma-decada-2-7-mil-mulheres-foram-resgatadas-em-trabalho-analogo-a-escravidao-f767>. Acesso em: 19 jun. 2025.

Fonte: Fundo Brasil. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/mulheres-em-carcere-privadas-de-liberdade-mulheres-negras-sao-as-que-mais-sofrem/>. Acesso em 14 jul. 2025

Fonte: Senado Notícias. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2024/06/pessoas-negras-sao-maioria-das-vitimas-de-homicidio-aponta-atlas-da-violencia>. Acesso em 14 jul. 2025.



18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: *A gente sobe a ladeira por liberdade*

Salvador, Bahia, Brasil – 3 a 7 de dezembro de 2025

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano. Ensaios, Intervenções e Dialogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. (Livro I). Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2006.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Assistência e repressão: pilares no enfrentamento da “questão social” no capitalismo dependente brasileiro. VÉRTICES, Campos dos Goytacazes/RJ, v.22, n.Especial, p. 706-726, 2020.

NUÑEZ, Geni. Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Paidós, 2023.